

**Alexandre Morand Góes**  
**Ana Cláudia Balieiro Lodi**  
**Cristiane Satiko Kotaki**  
**Cristina Broglia Feitosa de Lacerda**  
**Juliana Fonseca Caetano**

**Kathryn Marie Pacheco Harrison**  
**Lara Ferreira dos Santos**  
**Maria Cecília de Moura**  
**Mariana de Lima Isaac Leandro Campos**

# **Língua brasileira de sinais – Libras**

uma introdução

**Alexandre Morand Goes**  
**Mariana de Lima Isaac Leandro Campos**



## **CAPÍTULO 4**

Aspectos da gramática da língua brasileira de sinais



Este capítulo tem como objetivo apresentar a gramática da língua brasileira de sinais (Libras); embora essa língua exista há anos em nosso país, somente foi reconhecida em 2002, por meio da Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002). A comunidade surda ficou muito feliz pela conquista do reconhecimento linguístico de sua língua, já que a sociedade ouvinte banalizou a língua de sinais e ridicularizou os surdos por serem diferentes durante muito tempo. Os surdos, por muitos anos, foram obrigados a ser oralizados e “normalizados” para que pudessem ser incluídos na sociedade. Libras foi a sigla criada por um grupo de estudos linguísticos do Brasil, que participou da regulamentação da língua para pessoas surdas em nosso país. Outros países têm suas próprias siglas de nacionalização das línguas de sinais, como por exemplo: ASL (American Sign Language), LSF (La Langue de Signes Français), LSA (Língua de Senhas Argentina), entre outras.

A língua de sinais não é universal e cada país tem a sua própria, como acontece com as línguas orais: a língua portuguesa, a língua inglesa, a língua espanhola, a língua alemã. Vale lembrar que a Libras não é a tradução da língua portuguesa, ou seja, não se trata de realizar o português sinalizado; a Libras é uma outra língua com gramática e características próprias. O português sinalizado foi difundido na década de 1970 pela filosofia do bimodalismo/comunicação total, cujo objetivo era utilizar os sinais como ferramentas para o aprendizado da língua majoritária e recurso para o desenvolvimento da leitura e escrita, não assumindo a língua de sinais como língua com estrutura gramatical própria e parte de uma cultura surda.

A língua brasileira de sinais possui uma estrutura gramatical própria com todos os elementos constitutivos da estrutura gramatical presente nas demais línguas orais. A gramática da Libras não é uma adaptação da gramática da língua portuguesa. Têm-se níveis linguísticos que também fazem parte da língua de sinais que são: a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semântica, a pragmática.

Nas línguas orais-auditivas existem as palavras (estruturas mínimas de significação), e nas línguas de sinais também existem os itens lexicais, que recebem o nome de sinais. A diferença encontra-se na sua modalidade de articulação, que é visual-espacial. Para a comunicação em Libras não basta apenas conhecer os sinais, sendo fundamental conhecer a sua gramática própria, usada de acordo com o contexto das expressões pretendidas.

Os sinais diferenciam-se por parâmetros como as configurações de mão, os movimentos, os pontos de articulação (locais no espaço ou no corpo onde são feitos), as orientações de mão e as expressões não manuais, os quais, juntos, compõem as unidades básicas dessa língua. Assim, a Libras apresenta-se como um sistema linguístico que permite a transmissão de ideias e fatos,

oriunda de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Como em qualquer língua, também se verificam diferenças regionais, portanto deve-se ter atenção às variações linguísticas. Então, a Libras possibilita a expressão de qualquer pensamento, bem como apresentar diversidade de expressões em quaisquer áreas de estudos, tais como: literatura e poesia, piadas, filosofia, elementos técnicos, etc.

Destaca-se também que a gramática da língua de sinais pode sofrer variações a depender do contexto comunicativo: formal, informal, regional e padronizado. A Libras é, portanto, uma língua utilizada pelos surdos como forma de comunicação visual-espacial.

Sendo a língua natural das pessoas surdas, a Libras é parte da cultura das comunidades surdas. São consideradas línguas artificiais aquelas inventadas por um determinado grupo para um propósito específico, para comunicação internacional, por exemplo. No caso das línguas de sinais, foi criado o Gestuno, conhecido como um sistema de sinais internacionais – mencionado em um Congresso Mundial da Federação Mundial de Surdos em 1951 – e que vem sendo utilizado em eventos internacionais para facilitar a comunicação entre surdos de vários países.

## **Histórico da língua de sinais**

Pretende-se aqui mostrar a evolução histórica da língua de sinais, a partir das diferentes visões em relação a essa língua e também aos surdos, em diversos lugares do mundo; para tal será usada como referência básica a obra de Strobel (2008).

A língua de sinais já existia antes de Cristo e está presente em muitas histórias no mundo todo, desde tempos remotos até os dias de hoje. Na Idade Antiga, 476 d.C. em Roma, as pessoas surdas eram castigadas ou enfeitiçadas, e a questão da surdez era resolvida por abandono ou com a eliminação física – os surdos eram jogados no rio Tevere. Apenas sobreviviam aqueles que conseguiam sair do rio ou eram escondidos por seus próprios pais. A partir daí os surdos tornavam-se escravos de senhores ouvintes, sendo obrigados a passar toda a vida dentro de moinhos de trigo realizando trabalhos braçais.

Nessa mesma época, no Egito e na Pérsia, os surdos eram considerados criaturas privilegiadas, enviados dos deuses, pois o povo acreditava que os surdos se comunicavam em segredo com os deuses. Muitos surdos tinham uma vida inativa e não eram educados devido a sua forma de comunicação diferente, a qual a sociedade desconhecia e não tinha domínio.

Na Idade Média, na Grécia, os surdos eram proibidos de receber a comunhão, pois eram incapazes de confessar os seus pecados; havia também decretos bíblicos que proibiam o casamento de duas pessoas surdas, a menos aqueles que recebiam favor do Papa.

Ainda em 530 d.C., na Itália, encontram-se relatos de que os monges beneditinos empregavam uma forma de sinais para comunicação entre si, a fim de não violar o rígido voto de silêncio.

Na Idade Moderna, século XVI, o médico e filósofo italiano Girolamo Cardano, interessado em estudar o caso do seu filho surdo, reconheceu as habilidades do surdo e afirmou que a surdez e a mudez não impediam o desenvolvimento da aprendizagem. Cardano ainda defendia que o melhor método para os surdos aprenderem era por meio da escrita, pois para ele era um crime não instruir um surdo-mudo. Ele utilizava a língua de sinais e a escrita com os surdos.

Na Espanha, Pedro Ponce Leon estabeleceu um método formal para a educação de surdos em um monastério de Valladolid. Inicialmente ensinava latim, grego e italiano, conceitos de física e astronomia a dois irmãos surdos, Francisco e Pedro Velasco, membros de uma importante família de aristocratas espanhóis. Francisco conquistou o direito de receber a herança como marquês de Berlanga e Pedro se tornou padre com a permissão do Papa. Ainda, Pedro Leon criou métodos para educar surdos por meio de datilografia, escrita e oralização e criou também uma escola para professores surdos. Após sua morte não houve publicação e seu método caiu no esquecimento, pois a tradição na época era guardar segredo sobre os métodos de educação de surdos.

Em 1613, Fray de Melchor Yebra, de Madrid, escreveu um livro chamado *Refugium Infirmorum*, que descreve e ilustra o alfabeto manual. Na Espanha, Juan Pablo Bonet (1579-1623) iniciou a educação de outro membro surdo da família Velasco, Dom Luís, por meio de sinais, treinamento da fala e uso de alfabeto datilológico. Seu método teve tanto sucesso que ele foi nomeado pelo rei Henrique IV como “Marquês de Frenzo”. Em 1620, em Madrid, na Espanha, Juan Pablo Bonet publicou o primeiro livro sobre a educação de surdos, *Reduccion de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos*, em que expunha o seu método oral. Bonet defendia também o ensino precoce de alfabeto manual aos surdos.

Em 1648, John Bulwer publicou *Philocopus*, no qual afirmava que a língua de sinais era capaz de expressar os mesmos conceitos que a língua oral. Em 1755, na Alemanha, Samuel Heinicke (1729-1790) foi o pioneiro do método do oralismo puro e teve sucesso no ensino a um jovem que aprendeu a falar, a ler os lábios e a escrever. Heinicke publicou a obra *Observações sobre os Mudos e sobre a Palavra* e fundou, em 1778, a primeira escola de oralismo puro para surdos em

Leipzig da Alemanha, que se opunha fortemente à utilização da língua de sinais. Ficou conhecido como “padre do método alemão”.

Na França, o Abade Charles Michel de L'Épée foi um educador filantrópico francês do século XVIII que ficou conhecido como “pai dos surdos”. Ele aproximou-se da comunidade surda que vagava ao redor de Paris e aprendeu a língua de sinais usada pelos surdos franceses. A partir dessa língua ele criou os “sinais metódicos”, que eram a junção da língua de sinais usada pelos surdos com alguns sinais criados por ele para facilitar, em sua opinião, o ensino do francês escrito aos surdos. Assim, foi o primeiro a respeitar em alguma medida a língua usada por uma comunidade surda e a tentar usá-la nas práticas educacionais. Ele fundou, em 1760, a primeira escola pública para surdos, o Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris, e treinou inúmeros professores para surdos. Ele publicou um livro sobre o ensino dos surdos e mudos por meio de sinais metódicos: *A verdadeira maneira de instruir os surdos-mudos*. Colocou as regras sintáticas e também o alfabeto manual inventado por Pablo Bonnet e essa obra foi mais tarde completada com a teoria pelo abade Roch-Ambroise Sicard.

Em 1760, na Inglaterra, Thomas Braidwood fundou a primeira escola inglesa para surdos em Edimburgo, na Grã-Bretanha, como academia privada, onde ensinava aos surdos os significados das palavras e sua pronúncia, valorizando a leitura orofacial.

Na Idade Contemporânea, em 1789, faleceu o Abade Charles Michel de L'Épée, tendo fundado um total de 21 escolas para surdos na França e em outros países da Europa.

No século XIX, o americano Thomas Hopkins Gallaudet parte à Europa para buscar métodos de ensino aos surdos. Na Inglaterra, Gallaudet foi conhecer o trabalho realizado por Braidwood, na escola “Watson's Asylum” (uma escola onde os métodos eram secretos, caros e ciumentamente guardados), que usava a língua oral na educação dos surdos; porém, foi impedido, recusaram-se a expor para ele a metodologia. Não tendo outra opção, Gallaudet partiu para a França, onde foi bem acolhido e impressionou-se com o método de língua de sinais usado pelo abade Sicard. Ele levou um professor surdo francês para os Estados Unidos e começou assim um trabalho educacional considerando a língua de sinais. Em 1864, Edward Gallaudet fundou a primeira universidade nacional norte-americana para surdos, a “Gallaudet University” em Washington, que era um sonho de seu pai, Thomas Hopkins Gallaudet.

Em 1855, o professor surdo francês Hernest Huet, com experiência de mestrado e diversos cursos em Paris, chega ao Brasil sob o beneplácito do imperador Dom Pedro II com a intenção de fundar uma escola para pessoas surdas e instruí-las por meio da língua de sinais francesa. Ele contou com o

apoio do imperador para fundar a escola de surdos no Rio de Janeiro, em 1857, o Instituto Nacional de Educação de Surdos, criada pela Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857.

Cabe lembrar aqui que a Libras e a ASL (língua de sinais americana) foram influenciadas pela LSF (língua de sinais francesa), mas com o tempo cada língua foi se transformando de acordo com a cultura de seu país. Assim, a organização da educação de surdos no Brasil está intimamente ligada ao reconhecimento da língua de sinais como possibilidade de instrução para pessoas surdas.

Ressalta-se que a língua de sinais não é mímica, nem código e nem linguagem de animais. Nessa época, a Libras estava se constituindo, porém com pouca influência portuguesa, já que não foram os portugueses que trouxeram a língua de sinais ao Brasil. A Libras tem sua origem na França, conforme exposto anteriormente, por meio do professor surdo francês, Harnest Huet, que inicialmente instruía as pessoas surdas utilizando a língua de sinais francesa. Ele dava aulas para surdos com seus próprios métodos de educação aprendidos no Instituto de Surdos-Mudos de Paris. Foi nessa escola que surgiu a mistura da língua de sinais francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil, e a Libras foi então se configurando.

Em 1870, Alexander Graham Bell, foniatra e inventor do telefone, publicou vários artigos criticando casamentos entre pessoas surdas, a cultura surda e as escolas residenciais para surdos, alegando serem fatores que favoreciam o isolamento dos surdos da sociedade. Ele era contrário à língua de sinais, que para ele não propiciava o desenvolvimento intelectual dos surdos.

Em 1880, em Milão, na Itália, aconteceu o II Congresso Internacional de Surdo-Mudez, que causou impacto em todo o mundo com relação à educação de surdos. Esse congresso foi organizado, patrocinado e conduzido por muitos especialistas ouvintes na área de surdez, todos defensores do oralismo puro. Foi então organizada uma votação para escolher o método mais adequado para educar surdos, se por meio do oralismo, da língua de sinais ou de ambos. Os professores surdos não tiveram o direito de votar e foram excluídos do congresso. Dos 164 representantes presentes ouvintes, apenas cinco dos Estados Unidos votaram contra o oralismo puro. Então, concluiu-se que o método oral era o mais adequado para a educação de surdos e houve a proibição oficial da língua de sinais, pois para os especialistas essa língua destruía a capacidade de fala dos surdos. Destaca-se que Alexander Graham Bell teve grande influência no referido congresso.

O Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) sofreu a influência das decisões do Congresso de Milão, e também no Brasil o oralismo foi adotado como forma oficial de trabalho com os alunos surdos. Em 1957, Ana Rímola de

Faria Daoria assumiu a direção do Ines com a assessoria da professora Alpia Couto, proibindo oficialmente o uso da língua de sinais nas salas de aula. Mesmo com a proibição, os alunos surdos continuaram usando a língua de sinais nos corredores, nos pátios da escola e alguns se comunicavam escondidos dos professores e funcionários.

Apenas em 1982, o padre americano Eugênio Oates publicou no Brasil a obra *Linguagem das Mãos*, que continha 1258 sinais fotografados, configurando-se como um primeiro dicionário ilustrado da língua de sinais usada no país.

Em 1987 fundou-se a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis), no Rio de Janeiro, federação responsável, dentre outras atribuições, pela luta pelo direito linguístico dos surdos ao uso da língua de sinais. A Feneis conquistou a sua sede própria no dia 8 de janeiro de 1993. Em 2002 a Feneis formou agentes multiplicadores de todo o Brasil para o ensino de Libras, com o curso denominado “Libras em Contexto”, em parceria com o Ministério da Educação (MEC).

A Língua de Sinais no Brasil foi reconhecida como língua dos surdos em 2002, pela lei nº 10.436, de 24 de abril (BRASIL, 2002). Essa lei foi posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), que trata com maior profundidade da educação de surdos em todos os níveis de ensino e da formação de professores bilíngues, instrutores surdos e intérpretes de Libras.

Em decorrência do referido decreto, em 2006 teve início a primeira turma do curso de graduação na modalidade de ensino a distância – Letras/Libras – em nove polos espalhados por todo o Brasil, ministrados por instituições de ensino superior públicas federais e estaduais, sob a coordenação da Universidade Federal de Santa Catarina. Trata-se de um curso de graduação que oferta dois tipos de formação: Licenciatura e Bacharelado. O primeiro é para formação de professores de Libras e o segundo é para formação de intérpretes de língua de sinais. Em 2008, foi oferecida a segunda turma desse curso em 15 polos em todo o país.

Em 2009, foi criada a primeira turma do curso de graduação Letras/Libras de modalidade de ensino presencial na Universidade Federal de Santa Catarina.

Em 2010 tem-se o reconhecimento da profissão de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais pela Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010 (BRASIL, 2010).

Percebe-se que a história da língua de sinais sofreu mudanças e foi muitas vezes influenciada por diferentes grupos em diversos momentos e contextos.



Partiu-se da descoberta da comunicação natural de pessoas surdas, para tentativas de oralização com intuito de “normalizar” os surdos, até o reconhecimento da Libras como língua de comunicação de pessoas surdas em nosso país. Houve a proibição da língua de sinais, o que prejudicou a evolução da educação de surdos e também o progresso de pesquisas e produções científicas em relação aos estudos linguísticos da língua de sinais. Mas com o reconhecimento da Libras pela lei 10.436 (BRASIL, 2002), emergiram possibilidades para o livre uso da língua de sinais, criação de novos cursos e de novos e diferentes espaços de estudos linguísticos envolvendo a língua de sinais.

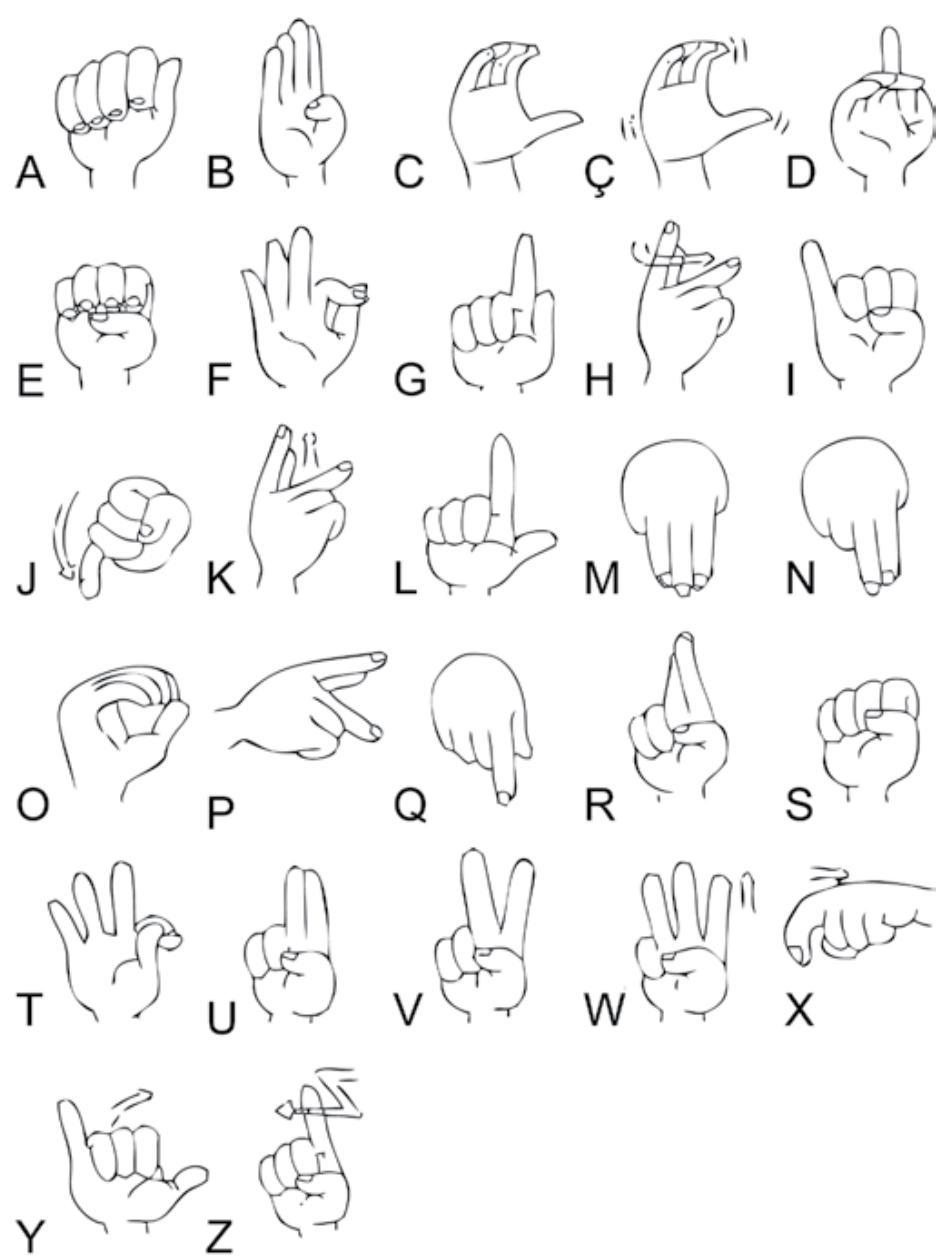
## **Aspectos gramaticais da Libras**

A língua brasileira de sinais tem gramática própria. Deve-se o reconhecimento linguístico das línguas de sinais, como línguas verdadeiras, ao linguista William Stokoe que, em 1960, comprovou que a língua de sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína.

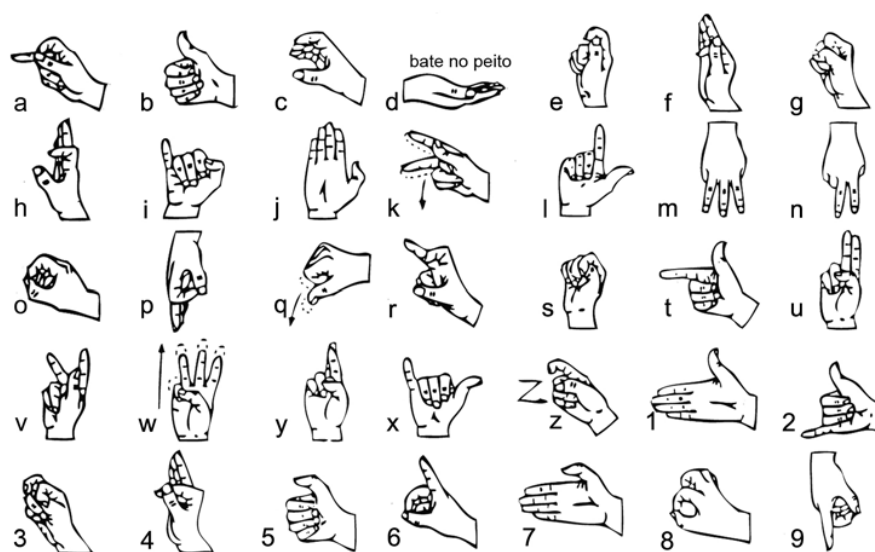
Dentre os componentes da Libras iniciaremos pelo alfabeto manual. O alfabeto manual é conhecido também como alfabeto datilológico ou datilologia, com o qual é possível soletrar 27 diferentes letras (contando também com o grafema “ç”, que é a configuração de mão da letra C com movimento trêmulo) por meio da mão.

Não se deve pensar que o alfabeto manual é a língua de sinais, pois ele possui uma função específica. Na interação entre pessoas usuárias da língua de sinais, ele é utilizado para soletrar nomes próprios de pessoas ou lugares, siglas, elementos técnicos, palavras que ainda não possuem sinais correspondentes, ou em algumas situações de empréstimo de palavras da língua portuguesa, lembrando que cada formato de mão corresponde a uma letra do alfabeto do português brasileiro ou não.

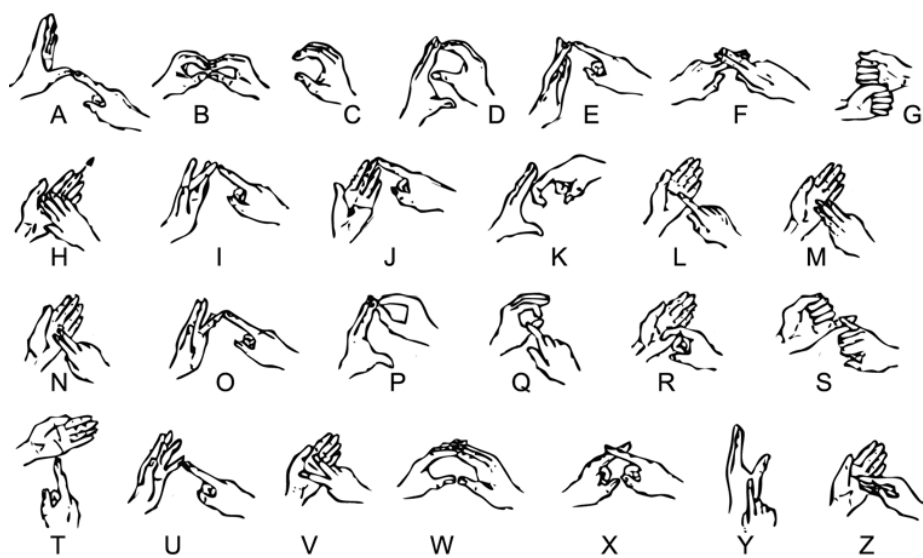
Cada país tem seu próprio alfabeto manual; somente os Estados Unidos e o Canadá têm alfabetos manuais iguais. No caso dos Países Britânicos, o alfabeto manual é realizado com as duas mãos. Há também o alfabeto manual para as pessoas surdas-cegas, também realizado com as duas mãos para soletrar as palavras, mas nesse caso há a necessidade de pegar na mão do interlocutor para tatear o sinal. A seguir apresentam-se os diferentes alfabetos manuais de diversos países:



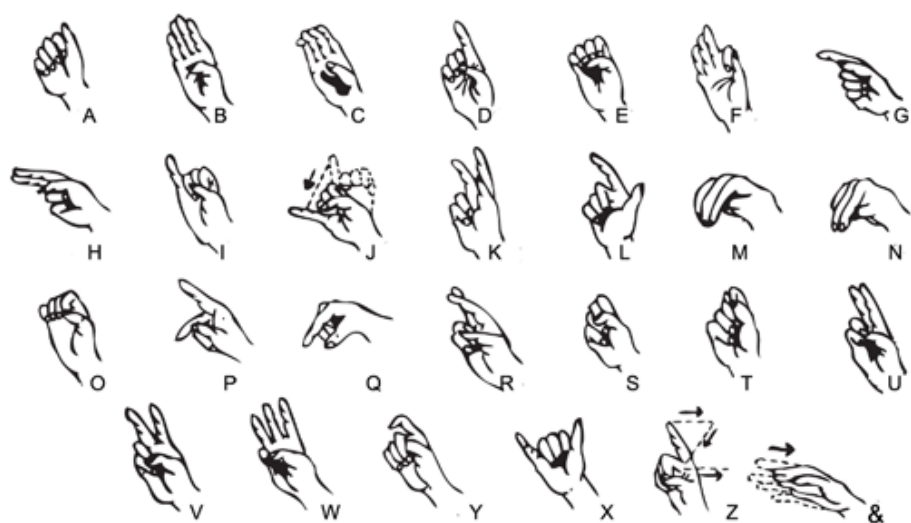
**Figura 1** Língua brasileira de sinais.



**Figura 2** Língua gestual portuguesa (LGP).



**Figura 3** British sign language (BSL).



**Figura 4** American sign language (ASL).



**Figura 5** Langue des signes française (LSF).

## Os parâmetros fonológicos que compõem a Libras

Segundo Gesser (2009), a estrutura da língua de sinais é constituída a partir de parâmetros que se combinam. Ao descrever os níveis fonológicos e morfológicos da língua americana de sinais, o linguista William Stokoe em 1960 apontou três principais parâmetros que constituem os sinais e classificou-os em: configuração de mão (CM); ponto de articulação (PA) ou localização (L); e movimento (M).

Quadros & Karnopp (2004) descrevem que ao longo das pesquisas linguísticas prevaleceu que CM, L e M são “unidades mínimas (fonemas) que constituem morfemas nas línguas de sinais, de forma análoga aos fonemas que constituem os morfemas nas línguas orais” (QUADROS & KARNOPP, 2004, p. 49). Ou seja, o morfema na língua de sinais é formado por fonemas encaixados com o conjunto de parâmetros, configuração de mão, movimento e locação de mão, e não carregam significados isoladamente. É como se fossem fonemas de Libras, sendo os fonemas cada um dos parâmetros, que interligados formam um morfema com um sentido, que combinados configuram signos em Libras. Desse modo se organizam os modelos fonológicos e morfológicos dos sinais.

Ainda segundo Gesser, sobre um quarto parâmetro da língua de sinais:

a partir da década de 1970, os lingüistas Robbin Battison (1974), Edward S. Klima & Ursulla Bellugi (1979) conduziram estudos mais aprofundados sobre a gramática da ASL, especificamente sobre os aspectos fonológicos, descrevendo um quarto parâmetro: a orientação da palma da mão (O) (GESSER, 2009, p. 14).

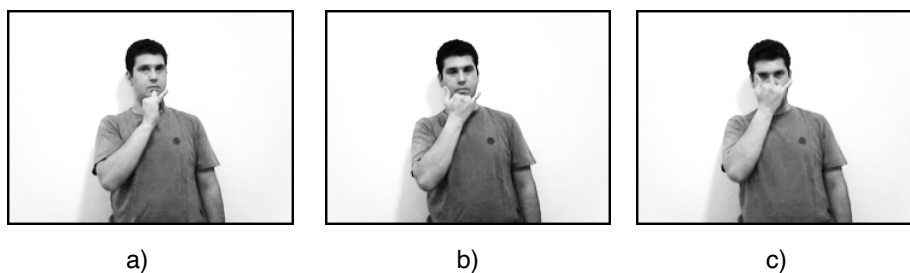
Um significado em Libras pode ser então criado a partir dos parâmetros formacionais: configuração da mão, movimento, locação de mão/ponto de articulação, orientação da mão ou expressão não manual.

As configurações de mão não se restringem às configurações do alfabeto manual, e hoje são descritas 63 diferentes configurações que permitem a comunicação em Libras. São formas de configurar as mãos para representar diferentes sinais. A seguir mostra-se a figura das 63 configurações de mão:



**Figura 6** Configurações de mão.

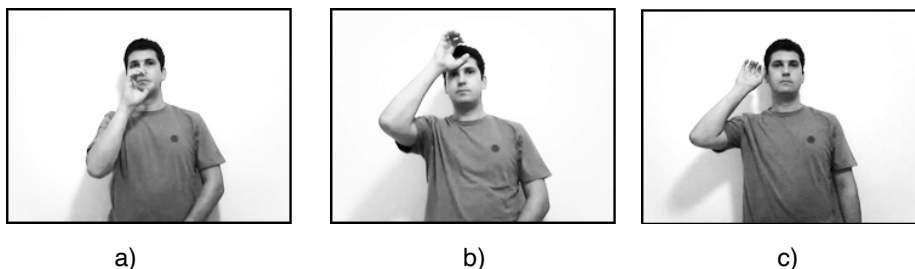
Uma mesma configuração de mão pode ser usada para representar diferentes sinais, isso porque à configuração de mão se somam os demais parâmetros (locação de mão/ponto de articulação, orientação da mão ou expressão não manual). No exemplo a seguir, temos uma mesma configuração de mão para diferentes sinais:



**Figura 7** a) Exemplo; b) Desculpar; c) Azar.

A locação de mão ou ponto de articulação, segundo William Stokoe, é um dos principais aspectos formacionais da língua de sinais. A locação é a área do próprio corpo ou espaço neutro em frente ao corpo onde os sinais são articulados. Para articular um sinal usa-se alguma região do próprio corpo, que pode

ser a cabeça, o tronco, braços, ombros ou mãos, ou ainda um espaço neutro relativamente distante do corpo. A seguir são apresentados exemplos em que a configuração de mão é mantida e variam a locação de mão/ponto de articulação, configurando diferentes sinais.



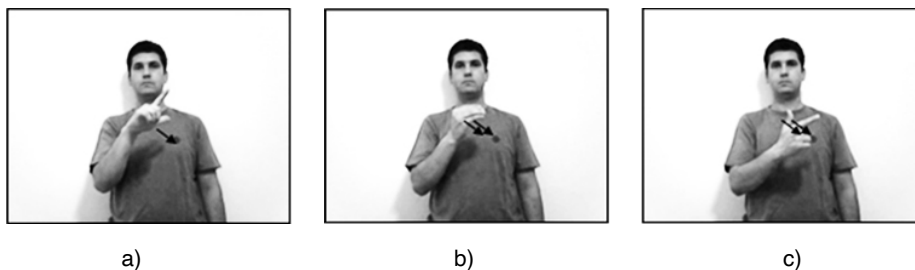
**Figura 8** a) Laranja ou sábado; b) Aprender; c) Ouvir.

Percebe-se que essas imagens destacam as oposições criadas pela locação de mão. Por exemplo, o sinal referente a “laranja” ou “sábado” localiza-se na boca, enquanto o sinal referente a “aprender” é localizado na testa. O sinal para “ouvir” localiza-se na orelha direita.

O movimento é outro parâmetro fonológico que envolve diferentes formas e direções desde os movimentos da mão. As autoras Quadros & Karnopp citam Klima & Bellugi para descrever o conceito de movimento como um:

[...] parâmetro complexo que pode envolver uma vasta rede de formas e direções, desde os movimentos internos da mão, os movimentos do pulso, os movimentos direcionais no espaço (KLIMA & BELLUGI, apud QUADROS & KARNOPP, 2004, p. 54).

A seguir são mostrados exemplos do parâmetro movimento que cria diferentes significações na língua de sinais:



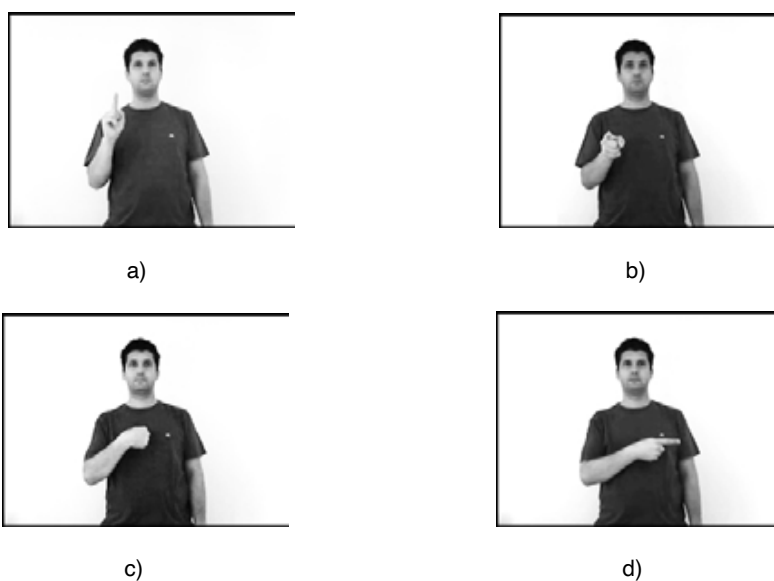
**Figura 9** a) Ter; b) Pecar; c) Feio.

Essas imagens permitem perceber as oposições de movimento e outras características. Por exemplo, a configuração de mão do sinal referente a “ter” é

formada pela letra “L”, localizada na parte central do peito e possui movimento direcionado para trás até o contato único com o corpo. O sinal referente a “pecar” tem a configuração de mão fechada, localizada no peito e com movimento e contato duplo no peito. E no último sinal, “feito”, tem-se a configuração de mão formada pela letra “L”, localizada no peito e com o movimento e contato duplo no peito.

A orientação da palma de mão é um parâmetro secundário, pois não foi considerado como um parâmetro distintivo no trabalho inicial de Stokoe, quando ele propôs o esquema linguístico estrutural para a formação dos sinais em três principais parâmetros: CM, L e M. Contudo, segundo Quadros & Karnopp (2004), o movimento ligado à direção da palma da mão também colabora para a determinação do sinal, ou seja, a direção para qual a palma da mão aponta na produção do sinal pode ser um traço distintivo. A palma da mão pode estar orientada para cima, para baixo, para o corpo, para frente, para a esquerda ou para a direita. Destaca-se que pode acontecer mudança na orientação de mão durante a execução do movimento de um determinado sinal.

A seguir são apresentados exemplos de sinais com orientação de mãos diferentes:



**Figura 10** a) Um; b) Você; c) Eu; d) Essa/esse ou ela/ele.

Como se percebe quando sinalizados os sinais: em “um”, a orientação de mão está direcionada para cima; já em “você”, a orientação de mão está direcionada para frente apontando para o receptor; ou seja, para uma mesma configuração de mão, mesmo ponto de articulação e mesmo movimento houve alteração apenas na orientação da palma da mão.



Para o sinal “eu”, a orientação de mão está direcionada para o emissor; já para o sinal “essa/esse ou ela/ele”, a mão está direcionada para o lado esquerdo, considerando nesse caso que o objeto ou a pessoa a que se refere o sinal está posicionado nesse lado. Por exemplo, se o objeto ou pessoa está ao lado direito, então a configuração de mão muda para esse lado, apontando para tal objeto/pessoa.

As expressões não manuais são os movimentos da face, dos olhos, da cabeça ou do tronco. Segundo Quadros & Karnopp (2004), as expressões não manuais prestam-se a dois papéis nas línguas de sinais: a diferenciação de itens lexicais e a marcação de construções sintáticas. O primeiro papel marca referências específicas, referências pronominais, partículas negativas, advérbios, grau ou aspecto. Já o segundo papel marca as sentenças interrogativas, exclamativas, orações relativas, topicalizações, concordância e foco. Nós precisamos estar atentos às expressões faciais e corporais que são feitas simultaneamente com certos sinais ou com toda a frase. Por exemplo, quando transmite a mensagem afirmativa por meio da língua de sinais, as sobrancelhas e expressão ficam neutras e a cabeça movimenta-se para cima e para baixo; quando é interrogativa, as sobrancelhas são franzidas e um ligeiro movimento da cabeça inclinando-se para cima; quando é exclamativa, as sobrancelhas estão levantadas e ocorre um ligeiro movimento da cabeça inclinando-se para cima e para baixo. Quando se trata de frase negativa, a negação pode ser feita por meio de três processos na língua de sinais: primeiramente com o acréscimo do sinal “não” à frase afirmativa; ou, segundo, com a incorporação de um movimento contrário ao do sinal negado; ou, terceiro, com um aceno de cabeça que pode ser feito simultaneamente com a ação que está sendo negada ou juntamente com os processos acima. Os ouvintes, acostumados com a oralidade, usam pouco a expressão facial para comunicação e terão um novo desafio para aprender a utilizá-la na comunicação em Libras, já que as diferentes expressões faciais são fundamentais na língua e também para a interação com pessoas surdas.

Portanto, para compreender a gramática de uma língua, é preciso aprender e estudar as regras de formação e de combinação de seus elementos, e também perceber os diferentes contextos de uso de determinados sinais para a formação de frases em Libras. A atenção ao contexto favorece o uso de expressões faciais e corporais adequadas para melhor inteligibilidade daquilo que se pretende dizer.

Nesta introdução, a Libras pôde ser percebida a partir de algumas classes gramaticais. Vocês, ouvintes, devem reconhecer que a língua de sinais foi banida por muitos anos, o que impediu a evolução de mais pesquisas referentes às línguas de sinais. A língua dos surdos foi prejudicada pela sociedade majoritária de ouvintes que tinha como objetivo “normalizar” o surdo por meio de treinamento

oral-auditivo, pelo uso de próteses e até de cirurgias como o implante coclear. Não se deve pensar que a língua de sinais é um código inventado pelos surdos, mas sim uma língua verdadeira e natural que nasce a partir da cultura surda e da experiência visual, tendo um rico valor linguístico e cultural.

Além disso, a Libras possui suas próprias regras gramaticais, diferentes de outras línguas, sejam elas orais ou não, sendo possível transmitir ideias sutis, complexas, abstratas e técnicas por meio das mãos e expressões faciais e corporais. Deve-se quebrar o “tabu” de que a Libras é universal, já que cada país possui sua própria língua de sinais e alfabeto manual. Esperamos que vocês possam realmente conhecer a verdadeira língua dos surdos e descobrir novos contextos e jeitos de comunicação para que, no futuro, quando receberem alunos surdos em sala de aula, possam estar conscientes desta língua que é visual e gestual.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 25 abr. 2002.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais – Libras. *Diário Oficial da União*, Brasília, 02 set. 2010.

GESSER, A. *LIBRAS? Que língua é essa?* São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

STROBEL, K. *História da Educação de Surdos*. Caderno de Estudos do Curso de educação à distância Licenciatura Letras/LIBRAS. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008.

## Referências Consultadas

BRITO, L. F. *Por uma gramática da Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, UFRJ – Departamento de Lingüística e filosofia, 1995.